



Assembleia de Freguesia de Bodiosa

Rua da Estação, nº3 – Oliveira de Baixo, 3515-553 Bodiosa

ATA NÚMERO 54

Carla
Raimundo
João
Carla Paiva
Paulo
João
António

----- Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, na sede da Junta de Freguesia de Bodiosa, sita na Rua da Estação nº 3, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Bodiosa, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 – Apreciação e votação da ata da reunião anterior. -----

----- 2 – Apreciação da informação trimestral da Junta de Freguesia. -----

----- 3 – Apreciação e votação da alteração à tabela geral de taxas (Proposta nº 6/2014). -----

----- 4 – Apreciação e votação do orçamento, plano plurianual de investimentos e mapa de pessoal (Proposta nº 7/2014). -----

-----5 – Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional (Proposta nº 8/2014). -----

----- 6 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo do Presidente da Junta (Proposta nº9/2014). -----

----- 7 – Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

-----O presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Rui Lima, abriu a sessão e procedeu à verificação das presenças, sendo que o deputado do PSD, Rui Jorge Duque ainda não estava presente nessa altura. -----

----- De seguida, procedeu-se à leitura da ata número cinquenta e três, referente à sessão ordinária de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Após a votação da ata da sessão anterior, entrou o deputado ausente, já referido, que lamentou o atraso por motivos alheios à sua vontade e que ocupou de imediato o seu lugar. ----

----- No ponto dois, foi prestada a informação trimestral da Junta de Freguesia pelo Presidente do executivo, Rui Ferreira, sobre a qual foram colocadas questões por alguns deputados. O

Al
Almeida
Quilici
Câmara Presidente
Rui
David
André

deputado David Gonçalo, do PSD, questionou qual a razão da desistência dos projetos anteriormente apresentados pelo executivo para as escolas, nomeadamente o projeto ABC e a prática da modalidade de Judo, ao que o Presidente da Junta respondeu que tal se deveu ao número reduzido de inscrições que não permitiu alcançar o mínimo exigido de crianças para que tais atividades se pudessem realizar. -----

----- O deputado António Oliveira, do PS, congratulou-se pelo facto de, finalmente a Câmara Municipal de Viseu ter concordado que as obras executadas no muro de suporte da Estrada Nacional 16, junto aos semáforos de Travanca, não estavam bem e por se ter avançado para a execução de um muro em condições. Aproveitou ainda para mencionar que a Travessa do Fontalinho em Queirela ainda não tem o trânsito devidamente ordenado, conforme se espera. – Sobre isso, o Presidente da Junta respondeu que tal se deve ao facto de a empreitada que decorre na Travessa do Fontalinho ainda não ter sido dado como concluída, pelo que ainda não poderão proceder à alteração da sinalização existente. -----

----- Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, foi apresentada pelo Presidente Rui Ferreira a proposta de alteração à tabela geral de taxas, tendo aquele no final informado que o executivo está a ponderar o encerramento do cemitério em determinados períodos como medida para tentar disciplinar a utilização do mesmo, pois têm-se verificado situações desagradáveis, tais como, despejo de flores ao lado das campas, roubo dos regadores postos à disposição do público e ainda para tentar controlar a colocação do revestimento em sepulturas sem o conhecimento da Junta de Freguesia. -----

----- Sobre este ponto o deputado António Oliveira disse concordar com o encerramento do cemitério mas admitiu que tal será motivo de descontentamento de muitos e que, obviamente, o mesmo repercutir-se-á no executivo. -----

----- O deputado do PS, Albino Martins perguntou qual a perspetiva de ampliação do cemitério. O Presidente da Junta respondeu que a situação está a ser ponderada. -----

----- Posta à votação, a Proposta nº 6/2014 – Alteração à Tabela Geral de Taxas foi aprovada por unanimidade. -----

----- No ponto quatro foi discutida a Proposta nº 7/2014 – Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal, no qual o presidente da Junta informou esta assembleia dos pontos de destaque de cada documento, tendo frisado que o executivo alterou ligeiramente o formato de apresentação do Orçamento de forma a torná-lo, nas suas palavras, mais transparente, explícito e fácil de interpretar. – Esclareceu ainda que no Plano Plurianual de Investimentos, os projetos nº 4 e nº 20 apresentam erros nas respetivas datas de finalização. --

----- O deputado Albino Martins questionou o executivo sobre o motivo de haver uma diferença de, aproximadamente, três mil euros entre as receitas e as despesas das rubricas referentes ao

Carla
Rafael
Quini
Carla Pereira
João
Alf

IEFP – CEI Património, tendo-lhe sido respondido que essa diferença está contemplada no orçamento de 2014, data em que foi efetivamente recebida a verba. -----

----- O deputado António Oliveira perguntou se a rubrica de venda de terrenos incluiria alguma verba referente à negociação das antenas da empresa Betowering e se não, em que estado se encontra a dita negociação. O presidente da Junta esclareceu que a empresa pretendia reduzir a renda mensal para metade a partir de abril de 2014 e voltar a aumentá-la, ligeiramente, a partir de 2015, proposta que o executivo rejeitou. A seguir pediram a isenção do pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2014, ao que a Junta apenas concedeu a dita isenção ao mês de dezembro. – Ainda o deputado António Oliveira, perante o valor elencado em Despesas de Capital, na rubrica Captação e Distribuição de Águas, perguntou se tem havido controlo dos SMAS à qualidade da água da rede de fontanários, tendo o presidente da Junta respondido que, segundo as informações que recolheu junto dessa entidade o que acontece é que existindo rede pública de água, os SMAS não têm a obrigatoriedade de efetuar tal controlo. Apesar disso a Junta de Freguesia solicitou aos SMAS a realização de análises naqueles fontanários onde se verifica maior utilização. Quanto à verba mencionada no orçamento, destina-se à construção e reparação de tanques e fontanários. -----

----- O deputado António Oliveira perguntou também onde ficaria o parque infantil de Oliveira de Baixo e se a pavimentação do acesso ao reservatório, também de Oliveira de Baixo, foi assinada em contrato-programa entre a Junta de Freguesia e os SMAS. – O presidente da Junta respondeu que o parque infantil ficará instalado junto à nova sede da Junta de Freguesia e que sim, existe um contrato-programa com o SMAS, mas que previa a pavimentação apenas do caminho existente, o qual se veio a verificar ser demasiado estreito e sinuoso, pelo que foi pedido ao SMAS que reanalisasse e refizesse o projeto contemplando os devidos alargamentos e correções. -----

----- O Presidente da Junta prestou todos os esclarecimentos pedidos e posta a sufrágio a Proposta nº 7/2014 foi aprovada por unanimidade. -----

----- No ponto cinco da ordem de trabalho, o Presidente da Junta apresentou a Proposta nº 8/2014, na qual se propõe a abertura de um procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente operacional, tendo ele justificado esta proposta com a crescente carga de obrigações legais, assuntos e processos que estão a ser passados para a responsabilidade das Juntas de Freguesia que tornam premente a necessidade de recorrer aos serviços de um administrativo a tempo inteiro. Depois de colocada à votação, a Proposta nº 8/2014 foi aprovada por unanimidade. -----

----- Passando ao ponto seis, apresentou-se a Proposta nº 9/2014 onde se pede a verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo pelo Presidente

da Junta, descritos no nº 3 do artigo 15º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o qual foi lido em voz alta pelo Presidente da Assembleia, Rui Lima. -----

----- O deputado António Oliveira afirmou que esta é uma decisão inédita e até mesmo histórica, com a qual ele pessoalmente não concorda nem defende apesar da mesma não ser ilegal. Nas suas palavras, o deputado achou esta decisão infeliz e abusiva pois nenhum dos anteriores presidentes deixou de realizar bem as suas incumbências pelo facto de não receber vencimento.

– O deputado Albino Martins concordou e fez dele as palavras do seu colega partidário. -----

----- Em sua defesa, o Presidente Rui Ferreira explicou a diferença do que auferia atualmente e do que passará a auferir com esta alteração. Explicou também que os deputados do Partido Socialista só estão a olhar para o que a Junta de Freguesia vai gastar com esta decisão mas lembrou-os que, por exemplo, a candidatura que este executivo fez ao IEFP pelo programa CEI-Património trouxe uma poupança de aproximadamente oitenta mil Euros a esta autarquia, o que já daria para pagar mais de dez anos do vencimento em discussão, coisa que também nenhum dos anteriores presidentes desta autarquia alguma vez realizou. Por tal justificação, não considera haver nenhum abuso mas aceita que seja uma decisão histórica, porém não vê nenhum motivo válido para abdicar de um direito que lhe é concedido pela Lei. -----

----- O deputado António Oliveira retorquiu e pediu que ficasse registado em ata, que no tempo do seu executivo não havia o referido programa CEI-Património porque se houvesse ele também teria feito a mesma candidatura e por isso não aceita a suspeição deixada de que houvesse falta de empenho do anterior executivo. -----

----- O Presidente da Assembleia, Rui Lima alertou que não é esse assunto que está a ser discutido nesta proposta e pediu aos deputados e ao Presidente da Junta que se focassem apenas na verificação dos requisitos legais da mesma. -----

----- O deputado do Partido Social Democrata, David Gonçalo observou que o cargo de Presidente da Junta é cada vez mais exigente e que não vê nenhum problema deste auferir do vencimento previsto na Lei, ainda mais porque tem dado provas de bom trabalho em prol da freguesia de Bodiosa. -----

----- Não se verificando nenhum impedimento legal o Presidente da Assembleia avançou para o ponto sete da ordem dos trabalhos, onde foram abertas as inscrições para uso da palavra pelos elementos, do público, presentes. -----

----- Começou por usar da palavra o senhor Carlos Rodrigues de Travanca que questionou o Presidente da Junta sobre em que ponto se encontram os contatos para a obtenção das permissões para alargar a Rua Moinhos do Mato. -----

Albino Martins
Rui Ferreira
Carla Pereira
David Gonçalo
Rui Lima

----- O Presidente Rui Ferreira respondeu que essa obra está acordada com a Câmara Municipal de Viseu apenas para o ano de 2016, logo ainda há muito tempo para se tratar desse assunto, visto haver outros com maior prioridade. -----

----- O senhor Carlos Rodrigues mostrou o seu descontentamento por haver alterações nas datas previstas para execução de algumas obras, que antes estavam previstas para 2015 e que agora passaram para 2016. -----

----- O Presidente da Junta voltou a frisar que há outras prioridades e que, a seu tempo, tudo será realizado conforme previsto. Informou que a Câmara Municipal tomou conhecimento das prioridades estabelecidas pelo executivo da Junta e que as obras previstas estão orçadas em quase um milhão de Euros. -----

----- O senhor Carlos Rodrigues, disse que houve um trabalho prévio dele e de outras pessoas na auscultação dos proprietários dos terrenos adjacentes à referida rua de forma a obter a autorização dos mesmos para proceder ao seu alargamento e que esses proprietários já começam a questioná-lo sobre o andamento do processo, daí a sua insistência. – Segundo ele, a sua única preocupação é criar e manter condições para as pessoas se manterem em Bодiosa. Alertou ainda para um poste junto ao Museu em Travanca que está sobrecarregado de fios e que dá uma péssima imagem ao local, pedindo para que sejam tomadas medidas para corrigir a situação. Para terminar, o senhor Carlos Rodrigues informou que o reconhecimento jurídico da Fundação Graça Luz foi indeferido, mas que não vão desistir de lutar contra uma lei, que diz, ser demasiado rígida e que não respeita as pessoas que trabalham em defesa do património e da cultura e pediu ao atual executivo que não deixasse de defender aquela fundação junto do Município. -----

----- O Presidente da Junta disse que essa é sempre a sua prioridade, a de defender os interesses da Freguesia perante a Câmara Municipal de Viseu. Em relação ao reconhecimento da Fundação, referiu que dado não estarem reunidas as condições para tal, ao abrigo da Lei, a Junta e a Câmara nada podem fazer. -----

----- Em seguida tomou a palavra o senhor Vitor Marquês, morador na localidade das Vendas de Travanca, informando que na Rua do Calvário, nas Vendas, foi executado um ramal de saneamento. estando atualmente no local um buraco no pavimento que é perigoso para quem ali circula. -----

----- O Presidente da Junta informou que tal se deve ao abatimento de terras e que vai oficiar os SMAS para se resolver esse problema. -----

----- Não havendo mais nenhum pedido para intervir por parte do público o Presidente da Assembleia, Rui Lima, encerrou a sessão e agradeceu a presença e participação de todos. Finalizou com os votos de boas festas natalícias para todos e deu por encerrada a sessão

Carla Pereira
Rui Lima

Carla Pereira
Rui Lima

Rui Lima

ordinária, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada para que conste.

Antônio José Lacerda Alves Lima
Carla Silva e Silveira.

Teresa Regina Almeida

[Signature]

Carla Marisa Madeira Pereira

Luiz Jorge A. Alexandre Duzé Santos

José Gouveia Loureiro Fernandes

[Signature]

[Signature]